

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.449.319 - RJ (2019/0040348-6)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : REINALDO FREDERICO AFONSO SILVEIRA E OUTRO(S)
- RJ093486
AGRAVADO : CARLA JOICE HARTER
ADVOGADO : CLAUDINIER NEVES E OUTRO(S) - RJ033670

DECISÃO

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. DEFERIMENTO DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. NOMEAÇÃO. PRETENSÃO DE REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA 735/STF. AGRAVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento ao Recurso Especial interposto pelo ESTADO DO RIO DE JANEIRO, com fundamento na alínea *a* do art. 105, III da Constituição Federal, que objetiva a reforma do acórdão proferido pelo egrégio Tribunal de Justiça daquele ente federativo, assim ementado:

AGRAVO INTERNO. DETERMINAÇÃO DE NOMEAÇÃO E POSSE POR LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA, EM RAZÃO DA PLAUSIBILIDADE DO DIREITO, POR APROVAÇÃO EM PRIMEIRO LUGAR EM CONCURSO PÚBLICO, BEM COMO DA PRESENÇA DO PERIGO NA DEMORA, QUE PARA A CANDIDATA É MAIS GRAVE DO QUE PARA O ESTADO. RATIFICAÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. DESPROVIMENTO DO RECURSO (fls. 77).

2. Nas razões do seu Apelo Nobre inadmitido, aduz a parte recorrente ofensa ao art. 7º., § 2º. da Lei 12.016/2009, ao argumento de que é vedada a concessão de liminar em desfavor do ente público que enseje o pagamento de qualquer natureza.

3. É o relatório.

4. Nos termos do enunciado Sumular 735 do Supremo Tribunal Federal, *não cabe Recurso Extraordinário contra acórdão que defere medida*

liminar, orientação que se estende às decisões que apreciam pedido de antecipação de tutela, aplicando-se, também, ao Recurso Especial.

5. Deriva do raciocínio de que a análise realizada em sede liminar ou antecipatória de tutela, na mera aferição dos requisitos de perigo da demora e relevância jurídica, ou de verossimilhança e fundado receio de dano, respectivamente, não acarreta, por si só, o esgotamento das instâncias ordinárias, indispensável à inauguração da via do Recurso Especial ou Extraordinário, conforme a previsão constitucional.

6. Na espécie, o acórdão recorrido apreciou pedido de liminar formulada no recurso, atraindo o óbice acima referido. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. ART. 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA TUTELA DE URGÊNCIA. REQUISITOS. EXAME. VIA ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE.

1. *Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).*

2. *Não há vulneração do art. 1.022, I e II, do CPC/2015, quando a controvérsia deduzida na origem é dirimida de modo claro e fundamentado, pois não se pode confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.*

3. *É inviável em sede de recurso especial a análise dos requisitos da tutela de urgência previstos no art. 300 do CPC/2015, visto que isso demanda necessariamente o reexame da matéria fático-probatória. Incidência das Súmulas 735 do STF e 7 do STJ.*

4. *Agravo interno desprovido (AgInt no AREsp. 1.220.676/DF, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, DJe 7.8.2018).*

2 2 2

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NECESSIDADE DE EFETIVO

RISCO OU DIFÍCIL REPARAÇÃO. PERICULUM IN MORA. MALFERIMENTO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. INOVAÇÃO RECURSAL. COMPROVAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7/STJ E 735/STF.

1. *A alegação de teses que não constaram das razões do recurso especial constitui-se em inovação recursal, o que não é permitido em agravo interno.*

2. *Rever o entendimento da instância ordinária, no tocante à comprovação das obrigações, implica o imprescindível reexame das provas constantes dos autos, o que é defeso em recurso especial devido ao que preceitua a Súmula 7/STJ: A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*

3. *Este Tribunal Superior possui entendimento já pacificado de que não cabe à Corte Superior apreciar recurso interposto contra julgado que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, por se tratar de questões as quais serão objeto de confirmação ou reforma por meio de posterior sentença de mérito. Incide, na espécie, por analogia, a Súmula 735/STF.*

4. *Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no AREsp. 1.192.548/PR, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 27.6.2018).*

7. A propósito, não é demais lembrar o entendimento desta Corte Superior de que a vedação legalmente prevista de concessão de medida liminar contra a Fazenda Pública nos casos de aumento ou extensão de vantagens a Servidor Público não se aplica às hipóteses em que o autor busca sua nomeação e posse em cargo público, em razão da sua aprovação em concurso público. A esse respeito, convém a transcrição dos seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. VIOLAÇÃO DE NORMATIVOS FEDERAIS. VEDAÇÃO LEGAL À NOMEAÇÃO. INEXISTÊNCIA.

1. *O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).*

2. *Consoante o entendimento do STJ, a vedação legalmente prevista de concessão de antecipação de tutela contra à Fazenda Pública nos casos de aumento ou extensão de vantagens a servidor público não se aplica às hipóteses em que o autor busca sua nomeação e posse em cargo público, em razão da sua aprovação em concurso público. Precedentes.*

3. *Agravo interno desprovido (AgInt no AREsp. 767.344/PI, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, DJe 8.8.2018).*

2 2 2

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. CONCURSO PÚBLICO. CLASSIFICAÇÃO DENTRO DAS VAGAS OFERECIDAS. PRETENSÃO DE NOMEAÇÃO. PRETERIÇÃO POR CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. VIOLAÇÃO A NORMATIVOS FEDERAIS. INEXISTÊNCIA DE VEDAÇÃO LEGAL À NOMEAÇÃO. DESNECESSIDADE DE FORMAÇÃO DE LITISCONSÓRCIO. JURISPRUDÊNCIA DO STJ.

1. *As vedações contidas nos arts. 1.º e 2.º-B da Lei 9.494/1997, no art. 7.º, § 2.º, da Lei 12.016/2009, e no art. 1º da Lei 8.437/1992, aplicam-se apenas às hipóteses descritas em cada um dos aludidos preceitos, os quais não tratam, contudo, de matéria relacionada a concurso público nem ao provimento de cargo. Precedentes.*

2. *O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência consolidada no sentido da desnecessidade de formação de litisconsórcio necessário em situação na qual se discuta o direito de candidato aprovado dentro das vagas previstas em edital ser nomeado para o cargo em disputa, isso porque os demais participantes não comungam dos mesmos interesses e a decisão não lhes afetará o patrimônio jurídico.*

3. *Agravo conhecido para negar provimento ao recurso especial (AREsp. 1.244.080/PI, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 16.4.2018).*

8. Ante o exposto, nega-se provimento ao Agravo em Recurso Especial do ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

9. Publique-se.

10. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

